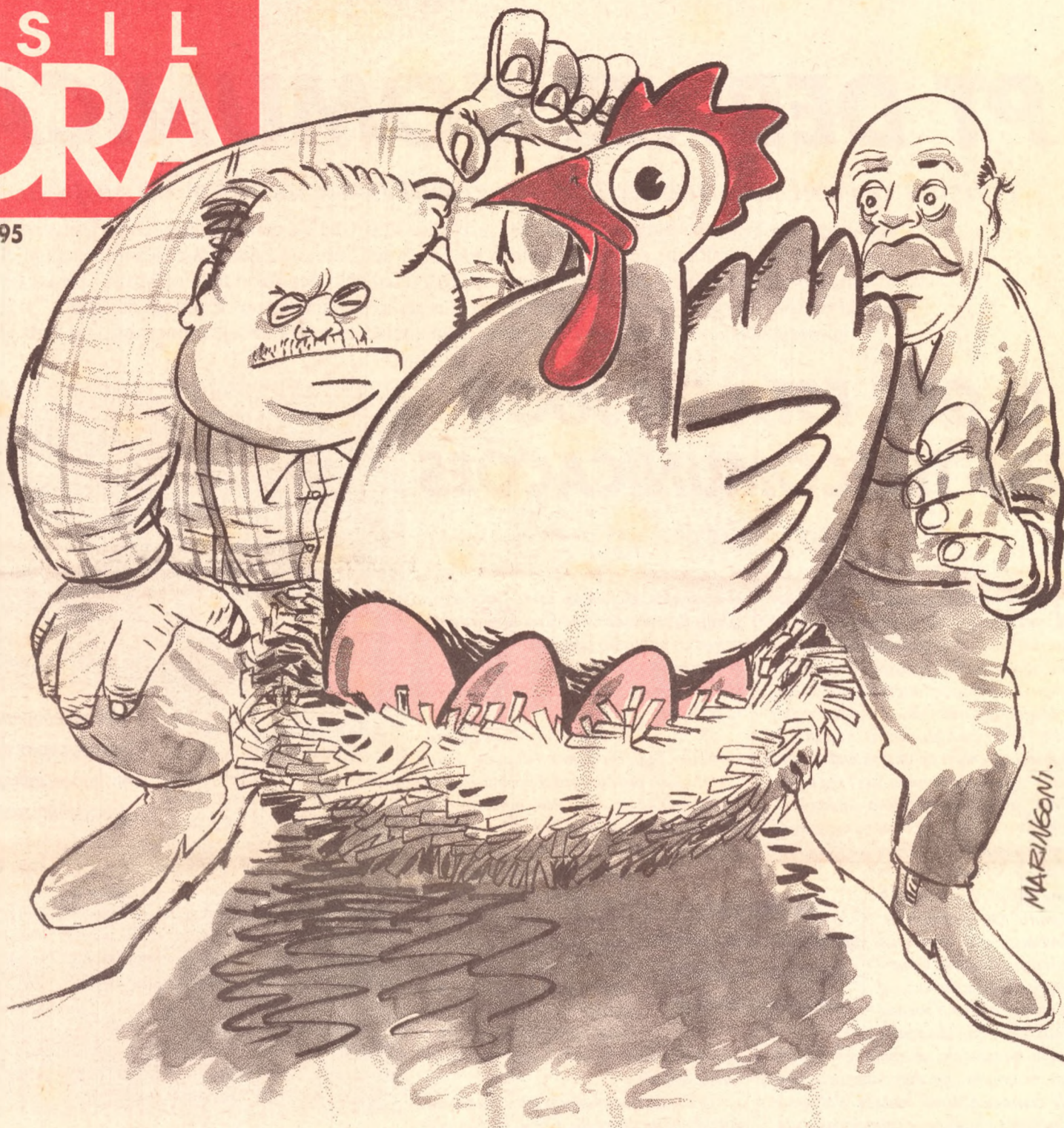


BRASIL AGORA

Nº 68 — 8 A 21 DE MAIO DE 1995
R\$ 2,50

Os ministros José Serra e Sérgio Motta finalmente abrem o jogo: o governo quer mesmo entregar a Telebrás ao capital privado. Brasil Agora demonstra, nas páginas 6 e 7: a privatização causará, se consumada, prejuízos irreparáveis ao povo e ao país



DE OLHO NA GALINHA DOS OVOS DE OURO

EXCLUSIVO

A cobertura completa do Congresso histórico em que a Contag filiou-se à CUT

Págs. 4 e 5

BOLÍVIA

O estado de sítio para conter as contestações populares contra as privatizações

Págs. 11

1º DE MAIO

A esquerda está diante da "reestruturação produtiva", analisa Ricardo Antunes

Pág. 10

REAL

Plano balança. Oposição continua sem propostas, diz Carlos Eduardo Carvalho

Pág. 9

PT DEBATE COMUNICAÇÃO

Petistas organizam seminário nacional para debater monopólios, campanhas

O Partido dos Trabalhadores realizará, nos próximos dias 12 a 14 de maio, no Centro Universitário Maria Antonia, em São Paulo, seu 2º Seminário Nacional de Comunicação. Brasil Agora antecipa duas das contribuições que prometem provocar polêmica. Redigidas pelo deputado federal Milton Temer (PT-RJ) e pelo editor da revista Teoria & Debate, Alípio Freire, elas serão publicadas no "Caderno de Textos" do seminário, e apresentadas, em painéis, pelos autores. Veja abaixo os trechos mais importantes de cada texto.

O QUE ESTÁ EM JOGO NAS TELECOMUNICAÇÕES

MILTON TEMER*

Quando você lê a lista dos conglomerados econômicos que estão articulados no "lobby" da privatização da telefonia, não consegue reprimir uma reação de espanto e desconfiança. O que foi capaz de unir, por exemplo, as Organizações Globo, o Grupo Monteiro Aranha, o Bradesco, a empresa americana Southwestern e a estatal italiana Stet? Ou o grupo Machline, a Construtora Andrade & Gutierrez e a AT&T, a maior empresa do ramo no mundo? Ou o grupo do jornal "O Estado de S. Paulo" com o Banco Safra e a americana Bellsouth? Ou a Odebrecht, o Unibanco e as empresas americanas Motorola e Americitech? Há outros grupos com perfis mais ou menos semelhantes, que associam grandes banqueiros, as maiores empreiteiras, os grupos que oligopolizam os meios de comunicação de massas e algumas das maiores empresas estrangeiras, estatais ou não, do ramo das comunicações.

Em suma, há um processo de associação da nata da nossa oligarquia com grandes empresas multinacionais de serviços ou produção de equipamentos na área de telecomunicações. Para quê? Para disputar uma ou outra concessão de telefonia celular ou de TV a cabo? Também, mas não pode ser apenas isto, ou estes imensos conglomerados não estariam estrategicamente unidos num mesmo "lobby" para quebrar o monopólio público das telecomunicações. E é exatamente o que estão fazendo ao investir pesadamente no IBDT, Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento das Telecomunicações. Qual seria, então, o objetivo que mobiliza essa gente tão poderosa e bem informada?

"CORRIDA DO OURO". A corrida para controlar este novo centro nevrálgico do poder é geral. Parece até uma nova corrida do ouro, ou a descoberta de um novo Eldorado. Não é só no Brasil. Somente no ano passado, nos Estados Unidos, aconteceram 713 fusões, aquisições e parcerias, no valor de 28 bilhões de dólares. Os executivos de operadoras de TV a cabo e das

companhias telefônicas estão dispostos a gastar dezenas de bilhões de dólares para trocar os cabos do país inteiro, com a expectativa de que, em dois anos, possam dispor de uma supervia ótica que possibilite uma interatividade total.

O "Jornal do Brasil" de 25 de fevereiro trouxe matéria com o seguinte título: "Infohighway provoca grave polêmica no G-7". Reunidos em Bruxelas, ministros dos sete países mais ricos debateram a estrada global de informações, temendo que ela seja monopolizada pelo tráfico cultural dos EUA. França, Itália e Canadá marcaram posição, dizendo que não irão permitir que suas culturas sejam sufocadas no século 21 por uma parafernália de com-

putadores, telefones e televisores controlados de fora.

O Brasil, querendo ou não, estará envolvido neste processo. Como objeto inerte, vítima passiva, ou, se tiver política para tal, como agente autônomo. Capaz de buscar um tipo de integração que possibilite o desenvolvimento da nossa economia e a preservação dos nossos valores culturais.

SEREMOS SOBERANOS... Faz parte do Sistema Telebrás o CPqD - Centro de Pesquisas e Desenvolvimento. Graças a ele, o Brasil é um dos países fora do primeiro mundo que pesquisou, desenvolveu tecnologia própria e industrializou cabos de fibra ótica. Além de construir centrais telefônicas digitais e outros equipamentos para telecomunicações. Mas falta algo fundamental: a política capaz de articular estes fatores positivos e colocá-los a serviço da retomada do desenvolvimento de um projeto de afirmação da soberania nacional.

Segundo especialistas, a maior e mais importante guerra do século 21 será travada pelo controle da malha articulada da Infohighway. Seu efeito sobre o conjunto da economia tem sido avaliada inclusive pelo presidente Clinton, como equivalente ao das ferrovias para o século 19.

O marco zero da chamada superestrada de informações é a tecnologia da fibra óti-

"Há uma guerra estratégica pelo controle das telecomunicações em escala mundial"

O PT E A IMPRENSA

ALÍPIO FREIRE*

1. O movimento socialista tem uma antiga tradição de Imprensa. Esta foi sempre entendida como um instrumento de divulgação e debate de idéias, de propaganda — portanto — de orientação política, e de organização. Talvez — a menos que um estudo mais profundo comprove o contrário — o famoso "Iskra" da revolução de 17 seja o exemplo mais acabado enquanto instrumento de organização. Não só por toda a elaboração teórica que precedeu sua concepção enquanto tal, mas também pelo papel efetivo que desempenhou no levante dos bolcheviques. De qualquer modo, seu exemplo e seu fantasma rondarão todas as experiências da esquerda internacional a partir daquela data.

Seja para o bem, seja para o mal.

2. Mas seria inocência supormos que só as esquerdas têm uma tradição de uma imprensa política. Os grupos, tendências

e partidos de direita também sempre se utilizaram e continuam se utilizando da imprensa (e neste século, de outras modalidades de comunicação até sua concepção mais avançada, de ponta, a mídia eletrônica) para o debate de suas idéias,

propaganda e formação de correntes de opinião pública. A discussão disto, porém, incorretamente, vem passando a ser feita como se tratássemos do fenômeno na sua essência diferente do uso da imprensa pela

esquerda. E, aliás, por ser "tão diferente", há aqueles que tentam imputar à mídia burguesa (entendida esta como uma entidade suprapolítica ou supraideológica) a possibilidade ou até mesmo já a "virtude" da imparcialidade. Falar do papel da grande imprensa brasileira no pré-golpe e durante o golpe de 64 é até tolice. Também é inútil lembrar o que acontece nas eleições (89 e 94, por exemplo).

*EDITOR DA REVISTA TEORIA & DEBATE

"Há, na esquerda, gente capaz de ver 'imparcialidade' na grande imprensa..."

ca. Vão trafegar por ela, em altíssima velocidade e qualidade de resolução informações digitalizadas. Ou seja, não mais textos, voz e imagens em separado. Mas tudo isso junto na forma de "bits", traduzidos em texto voz e imagem, conforme o caso da ponta do sistema. Um único aparelho, mistura de computador, televisão e telefone com imagem, conectado a um único fio chega à casa do usuário, porta de contato com uma possível rede universal de comunicação, através da Infohighway. Pela superestrada, os sinais trafegarão em alta velocidade — dizem que à velocidade da luz — e, em princípio, poderão interligar tudo:

bancos, bolsas de valores, bibliotecas, universidades, centros de pesquisa, laboratórios, lojas, supermercados, hospitais, locadoras de vídeo, automóveis...

...OU PASTO DAS MÚLTIS? Neste contexto, fica claro o objetivo dos grandes grupos econômicos brasileiros que se associam com grandes empresas multinacionais do setor de comunicações. Den-

tro da lógica da globalização da economia, eles estão se cacifando para esta grande guerra da virada do século. Formando, pela via das associações interempresas, gigantescos conglomerados que aspiram controlar o fluxo de informações do século 21.

Enquanto nos EUA, sob impacto deste processo, se rediscute o conceito do monopólio natural e os países mais avançados da Europa se preparam para defender a autonomia de suas economias e culturas, o governo FHC envia ao Congresso Nacional uma proposta de reforma da legislação que regula o setor das telecomunicações

que é, sem tirar nem por, tudo aquilo que reivindica o "lobby" dos grandes conglomerados privados. Se conseguirem quebrar o monopólio público nas telecomunicações, o Brasil entrará neste processo na condição de mercado aberto, vítima passiva, pasto para os grandes lucros dos grandes grupos privados que querem controlar este setor de importância estratégica.

*DEPUTADO FEDERAL (PT-RJ)

"Europa preserva sua economia, FHC propõe emenda para atender multinacionais"

EDITORIAL

REFORMA CONTRA REFORMA

Não dá para jogar na retranca

Time que joga na retranca...quando muito, empata"...Esse é o sentimento dos milhões de torcedores da equipe canarina. Essa é a cultura popular brasileira, cheia da ginga e da audácia do futebol arte, com a sua confiança no talento e na coragem de quem vai prá cima, de quem joga prá ganhar. Mas, é também na sua combatividade, a cultura geradora da esquerda do final dos anos 70. A esquerda que renovou a política brasileira, com os trabalhadores ocupando os seus espaços na cena nacional, brigando com firmeza e determinação pelos seus direitos imediatos e históricos. Cultura política que forneceu ao PT e à CUT a audácia e o destemor de verdadeiros assaltantes do céu na defesa dos explorados e oprimidos. E que lhes permitiu já nos anos 80 impedir a ocupação do Brasil, pelo neoliberalismo, ao contrário do que ocorreu com a esquerda Mexicana, Chilena e Argentina. Essa cultura não pode ser substituída pela cultura das classes dominantes, da subserviência ao capital e ao Império Americano, muito bem modelada naquela célebre frase da velha direita entreguista, onde: "O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil". Nada mais identificado ideologicamente com o projeto de Reforma Constitucional do governo. Nada melhor para ilustrar a ofensiva das elites brasileiras na tentativa de impor ao nosso povo essa cultura alienígena.

As recentes declarações de Fernando Henrique prometendo a Clinton a aprovação das reformas econômicas, neoliberais e do ministro Paulo Paiva, que no dia 1º de maio (veja a ironia) defende "o expurgo dos direitos sociais dos trabalhadores da Constituição", são duas pérolas da consciência anti-nacional e anti-popular. A outra é a de Sérgio Mota, o homem forte das telecomunicações que chega ao auge do deboche, ao comentar que: "as tarifas do setor poderiam ser aumentadas em mais de cinco vezes" e continua defendendo a quebra do Monopólio Estatal nessa área.

Eles jogam no ataque e já ocupam nosso meio de campo, com toda a cruzeza da ofensiva neoliberal. É a política oficial do ex-sociólogo de Esquerda, que se manifesta de forma agressiva pela imprensa. O governo FHC necessita de vitórias políticas e pretende emendar a Constituição com suas reformas econômicas, para pavimentar definitivamente o caminho da ocupação do país pelo neoliberalismo. A repressão policial as manifestações populares, e a violação ao direito de greve com de-

missões sumárias dos funcionários públicos revelam de forma crescente o caráter anti-democrático de FHC.

Não podemos enfrentar ofensiva do grande capital, mobilizando apenas as forças progressistas no Congresso ou contando com movimentos grevistas que embora combativos tem ainda um caráter corporativo. É preciso responder com muito mais forças aos ataques do governo. A retranca não está com nada. Temos de ampliar a resistência e sair para o contra-ataque.

Afirmar as Reformas Democráticas-Populares contra as Reformas Neoliberais é a melhor maneira de enfrentar com sucesso a "fúria reformista" do grande capital. É a maneira mais eficiente de fazer a luta política combinada com a luta ideológica, estruturando a indignação popular contra a política privatista e entreguista das classes dominantes. É preciso esclarecer a população qual o sentido das reformas neoliberais. Mostrar o verdadeiro significado da privatização da Vale do Rio Doce e dos serviços de energia elétrica, da quebra do monopólio estatal do petróleo e das teleco-

municações; da aprovação da lei das patentes e das mudanças na área da saúde, da educação e da previdência. Explicar como tudo faz parte de um projeto político global que rebaixa ainda mais a qualidade de vida do povo, liquida a soberania nacional e concentra a riqueza nas mãos de grandes grupos capitalistas nacionais e estrangeiros.

O melhor momento para essa campanha de esclarecimento e essa disputa política é justamente agora: o governo radicaliza o ataque, com seu programa de Reforma Constitucional e o movimento grevista, iniciado no dia 3 de maio, envolve mais de 300 mil petroleiros, eletricitários, telefônicos, funcionários das universidades federais e previdenciários. A demonstração de força dos trabalhadores contra o projeto das elites neoliberais é um bom ponto de partida para o desenvolvimento da luta e a conquista da iniciativa política pelas forças populares.

É preciso aproveitar o movimento de resistência dos setores mais politizados e mais diretamente atingidos para generalizar a mobilização. Dar-lhe um caráter de luta popular com amplitude nacional. Ganhar as ruas buscando esclarecer o povo, por todos os meios disponíveis, que esse movimento contra reformas neoliberais, não pode ser apenas um movimento contra. Não pretendemos apenas resistir, mas constituir um movimento capaz de "inverter a lógica da disputa política".

É aí onde está o xis da questão. Para realizar essa inversão, para sair da defensiva e partir para o contra ataque, é necessário muito mais do que ser contra alguma coisa e ser a favor de outra. Reforma contra Reforma é o norte político das forças de esquerda que pretendem vencer essa batalha. Colocar em pauta um programa alternativo que mobilize o país por Reformas Democrático-Populares. Um programa que além de barrar a proposta neoliberal de desmonte do estado brasileiro e a quebra das conquistas sociais do nosso povo apresente uma outra, de reorganização da sociedade, cuja lógica é antagônica a do neoliberalismo.

No terreno da ação política imediata, o principal papel do PT e da CUT e demais forças do campo democrático-popular, neste momento, é unificar as lutas e os fóruns de defesa de interesses específicos, que tem surgido em diversos ramos econômicos e sociais pelo Brasil afora. Unificação no plano da luta direta e no plano da luta institucional.

A mobilização dos militantes, parlamentares e administrações estaduais e municipais da Frente Brasil Popular e demais setores de oposição às reformas do governo para o desenvolvimento de ações concretas de apoio às manifestações e movimentos grevistas já definidos para as próximas semanas.

BRUNO MARANHÃO
DIRETOR DO BRASIL AGORA

AS REFORMAS
DEMOCRÁTICO-
POPULARES
SÃO O
CAMINHO PARA
PASSAR AO
CONTRA-ATAQUE

**BRASIL
AGORA**

DIRETOR: BRUNO MARANHÃO

EDITOR: ANTONIO MARTINS

REDAÇÃO: ARMANDO SARTORI, CECÍLIA LUEDEMANN, MARISA LOURENÇO, MYRIAN ALVES, WILLIAM AGUIAR

PROJETO GRÁFICO: CACO BISOL E FABIANO CIAMBRA

DIAGRAMAÇÃO: FABIANO CIAMBRA

ILUSTRAÇÃO: MARINGONI

PESQUISA DE FOTOS: IVANILDA ALVES

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO: CARLOS EDUARDO CARVALHO, JACOB GORENDER, JAQUELINE LEMOS, RICARDO ANTUNES E RITA FREIRE

JORNALISTA RESPONSÁVEL: CECÍLIA LUEDEMANN - MTB: 14.915

ADMINISTRAÇÃO: MARIA RODRIGUES DE LOIOLA (CHEFE) E IVANILDA ALVES

CIRCULAÇÃO: ANA MARIA ALVES

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: RUA VICENTE PRADO, 134 01321-020 - SÃO PAULO TELEFONE: (011) 605-5088 FAX: (011) 605-5087

PUBLICIDADE: ELIANA ALVES MORAES.

ASSINATURAS

BELO HORIZONTE: ANTONIO DE PÁDUA CEBOLA (031) 226.3856 ou 222.3811

FORTALEZA: JOSÉ VITAL (085) 226.5311

RIO DE JANEIRO: PAULO MORANI (021) 262.5863 ou 234.2003

SÃO PAULO: (011) 605.5088

VITÓRIA: VANDA LÚCIA VIANA (027)228.4881

OPINIÃO
JACOB GORENDER*

O bom exemplo chega da Argentina

O tenente-general Martin Balza, chefe do Estado-Maior do Exército da Argentina, fez um pronunciamento que constitui reviravolta na posição oficial sobre os milhares de prisioneiros políticos "desaparecidos" nos anos setenta. Reconheceu a responsabilidade institucional do Exército e condenou como indignos de vestir o uniforme aqueles militares responsáveis por torturas e assassinatos de presos políticos.

A declaração do general Balza veio depois de longa e pertinaz campanha dos familiares das vítimas da ditadura militar, apoiada por setores influentes da opinião pública. A campanha ganhou reforço recentemente com as revelações de um capitão de corveta e de um ex-sargento do Exército, os

quais confessaram haver participado de operações de eliminação de presos políticos, jogados vivos ao mar. Apesar da convicção generalizada sobre os fatos reais, a posição dos comandantes das Forças Armadas e dos altos círculos governamentais sempre foi de negá-los. Ainda há dois meses, o presidente Menem afirmava que os militares agiram corretamente durante a "guerra suja", motivo pelo qual foi expulso da Assembléia Permanente de Direitos Humanos.

Desta vez, porém, no auge da disputa pela reeleição, Menem apoiou a atitude do general Balza e admitiu que poderá revogar a lei de anistia dos militares criminosos, a fim de submetê-los a julgamento. O presidente exortou os chefes da

Marinha e da Aeronáutica a tomar atitude idêntica, no que foi acompanhado pelo ministro da Defesa, Oscar Camilión.

Coincidentemente, o secretário-geral da Anistia Internacional, Pierre Sané, passou duas semanas no Brasil e teve ocasião de tratar da questão dos prisioneiros políticos desaparecidos nos anos sessenta e setenta no nosso país.

Após audiência com o presidente da República, com o qual abordou o problema, Pierre Sané se manifestou decepcionado pela afirmação de FHC de que se tratava de assunto complicado e de solução demorada. Nota do Palácio do Planalto considerou desleiantes e incorretas as palavras do secretário-geral da Anistia Internacional, atribuindo-as à

má audição do que o presidente dissera em inglês. Fazendo o balanço de sua estada no Brasil, Sané elogiou a ótima pronúncia inglesa e francesa das autoridades brasileiras, inclusive o presidente, insistindo no direito dos familiares dos desaparecidos de receberem esclarecimento cabal sobre o destino deles.

Equívocos à parte sobre conversações palacianas, já é tempo dos chefes militares brasileiros refletirem sobre o imperativo moral de reconhecer publicamente o que todo mundo sabe, isto é, que presos políticos foram torturados e mortos por agentes dos órgãos de repressão das Forças Armadas. O exemplo a seguir vem de Buenos Aires.

* JORNALISTA E COLABORADOR DO BRASIL AGORA

CUT E CONTAG SOMAM FORÇAS NO CAMPO

Os trabalhadores rurais realizam um congresso histórico, decidem filiar-se à CUT e aprovam um conjunto avançado de resoluções

Foi um momento histórico. Às 18 horas do dia 28 de abril, diante das delegações de trabalhadores rurais que ainda permaneciam em Brasília, o presidente da CUT, Vicentinho, empossou oficialmente a nova diretoria da Contag — Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. O 6º Congresso da Contag, iniciado quatro dias antes, estava chegando ao fim. Trinta e dois anos depois de fundada, a confederação, que reúne mais de 3 mil sindicatos e destacou-se em momentos decisivos da vida brasileira nas últimas décadas, integrava-se finalmente à maior central sindical da América Latina.

A filiação foi o desfecho de um processo extenso de debates e negociações, iniciado há mais de um ano, quando as executivas da CUT e da Contag começaram formalmente a debater a aproximação política entre as entidades. Além de consolidar esta união, o 6º Congresso da Contag foi marcado por dois fatos relevantes: a aprovação de um conjunto de resoluções muito avançadas sobre a luta no campo e a situação política do país; e uma manifesta-

ção dos 1.600 delegados diante do Palácio do Planalto, para protestar contra as emendas neoliberais à Constituição. “Demos um passo histórico, tanto para a CUT quanto para o conjunto do sindicalismo latino-americano”, avalia Avelino Ganzer, eleito vice presidente da Contag.

Tão importante quanto a filiação, a diretoria da Confederação eleita - em chapa única - para o triênio 95/98 assume o compromisso de unidade dos trabalhadores rurais e de exercício coletivo da direção, implementando as resoluções aprovadas no 6º Congresso. Está colocado neste novo período o desafio de consolidar o projeto político sindical da CUT. “O conjunto das deliberações e a filiação darão um novo rumo ao sindicalismo ru-



SÉRGIO AMARAL/AE

As votações no congresso

Filiação da Contag à CUT

Favoráveis - 1.405 votos (89,89%)

Contra (nulos e brancos) - 158 votos (10,10%)

Prazos para filiação

Filiação já - 841 votos (59,85%)

Filiação em janeiro/96 - 564 votos (40,15%)

Chapa Única para Direção (votação secreta)

Na chapa - 1.110 votos (71,20%)

Nulos - 346 votos (22,20%)

Brancos - 103 votos (6,6%)

Membros da Executiva Eleita:

Presidente: Francisco Urbano Filho (RN)

Vice: Avelino Ganzer (PA)

Sec. Geral: Francisco Miguel Lucena (CE)

Tesoureiro: Hilário Gottiselig (SC)

Sec. Pol. Sociais: Airton Faleiro (PA)

Sec. Form. e Orga. Sindical: Sebastião Neves (MG)

Sec. Reforma Agrária: Francisco Sales (MA)

Sec. Assalariados: Guilherme Neto (GO)

Sec. Agric. Familiar: Alberto Broch (RS)

DEBATES E CAMPANHA GARANTEM FILIAÇÃO

O processo de preparação da CUT para o 6º Congresso da Contag com ampla participação de sindicalistas de todos os estados do País demonstrou o acerto das definições propostas ao longo de vários meses. A partir do momento em que a 1ª Plenária do Departamento Rural da CUT, em agosto de 1993, deliberou pela disputa da Direção da Contag e pela necessidade da filiação da mesma à Central, os rurais cutistas - articulados com as federações e a CUT nacional - ampliaram o debate a todas as regiões.

Em outubro de 94 foi realizado o Seminário Nacional dos rurais cutistas com a participação de 21 estados. Neste even-

to foi eleita a Coordenação Nacional dos cutistas para o 6º Congresso da Contag e definido a realização de seminários regionais (cinco) e estaduais (desesseis).

O resultado de toda esta discussão foi avaliado no I Encontro Nacional dos Rurais Cutistas, realizado no Instituto Cajamar (SP), em janeiro de 95. Lá a CUT aprofundou sua tática, decidiu propor a construção de uma chapa única para a diretoria da Contag e deliberou os pontos principais de sua plataforma para o Congresso.

Neste Encontro também foi lançada a campanha nacional de filiação da Contag à CUT. Esta campanha foi realizada de forma direta com os sindicatos

e federações rurais, procurando mostrar que a filiação era uma soma de forças e ao mesmo tempo apresentando a CUT — seus princípios e funcionamento — às entidades de base.

“O resultado do 6º Congresso da Contag representa o fortalecimento do projeto sindical cutista, da relação entre trabalhadores do campo e da cidade. Temos, hoje, caminhando ao lado da CUT a mais importante confederação de trabalhadores, representante de mais de 3200 sindicatos e 24 federações.

É um momento histórico para os trabalhadores brasileiros e de todo o mundo”, avalia o presidente nacional da CUT Vicente Paulo da Silva. **J.L.**



EDIVALDO FERREIRA/JAE

Delegados de mais de 3.000 sindicatos da Contag, reunidos no 6º Congresso, decidem pela filiação à CUT, aprovam resoluções políticas e realizam uma manifestação contra as emendas neoliberais à Constituição

ral”, avalia Altemir Tortelli, vice-presidente da CUT.

A definição de chapa única foi um dos debates mais acirrados do Congresso, causando insatisfação em algumas delegações estaduais e no conjunto das delegadas mulheres. O método de definição certamente merecerá uma avaliação mais profunda entre os cutistas.

PLATAFORMA. Os delegados presentes ao 6º Congresso da Contag aprovaram um programa de gestão que dará o norte à Confederação nos próximos anos. Divididos em seis grupos temáticos: questões nacionais, sindicalismo, assalariados rurais, reforma agrária e meio ambiente, previdência social e saúde, e política agrícola, os trabalhadores rurais definiram as principais propostas a serem conduzidas pela direção.

Conjuntura - Considerando o governo FHC como coordenador e implementador do neoliberalismo no país, foi proposta a organização de uma ampla frente social que barre a consolidação deste projeto. Para tanto será necessário a organização frente às propostas de reformas constitucionais e a realização do 2º Grito da Terra Brasil — ainda no primeiro semestre/95.

Os trabalhadores rurais também estarão empenhados na elaboração de um projeto alternativo de desenvolvimento tendo como base a realização da reforma agrária e a priorização da

agricultura familiar, com o objetivo central de incorporar plenamente os trabalhadores e os excluídos à vida econômica, social e política do País.

Sindicalismo - No debate sobre estrutura e organização sindical foi resgatado o papel histórico da Contag e a crise vivida pelo movimento sindical de trabalhadores rurais. Debateu-se os principais elementos para superação desta crise, onde se destacam as ações nacionais articuladas — envolvendo as diversas organizações de rurais e da sociedade civil.

Merece destaque a resolução sobre a liberdade e autonomia sindical no sentido de assegurar a existência de sindicatos fortes e representativos com atuação e organização de forma independente do Estado, governo e patronato. O fortalecimento das estruturas no ramo confederativo — buscando a sua democratização — deve considerar e respeitar os novos movimentos e associações que atuam de forma autônoma no meio rural.

Do ponto de vista organizativo interno, a Contag aprovou algumas mudanças importantes. A Diretoria Executiva teve o número de membros ampliado de 7 para 9 pessoas, com a constituição de secretarias específicas por frentes de lutas. A Confederação deverá estimular o debate sobre a criação das coordenadorias regionais (norte, sul, sudeste, nordeste e centro-oeste). Também

foi definido que a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais deverá ser fortalecida com regulamentação estatutária, recursos orçamentários e infraestrutura necessária para o trabalho.

Assalariados - A discussão sobre este tema foi realizada diante da necessidade de readequação dos sindicatos rurais para o enfrentamento das transformações que ocorrem nas relações capital-trabalho. Avaliou-se que o movimento precisa ampliar sua ação para além das questões puramente salariais. Há necessidade de lutar por uma política de renda, que promova o desenvolvimento e crescimento econômico, com geração de empregos, execução de programas sociais e recuperação do valor real dos salários.

O trabalho assalariado no campo é frequentemente realizado sem o cumprimento dos direitos básicos do trabalhador (carteira assinada, jornada, acordos coletivos, transporte e outros). A luta para que sejam respeitados as conquistas básicas deve ser permanente. Ainda foi ressaltada a necessidade de erradicação do trabalho infantil e do trabalho escravo, práticas muito comuns no campo.

Reforma Agrária - Os trabalhadores rurais querem a garantia do governo, no prazo de quatro anos, do assentamento de, no mínimo, dois milhões de famílias. Avaliou-se também a necessidade de ampliar os critérios atuais para obtenção de terras destinadas à reforma agrária - incluir os latifúndios envolvidos em crimes contra trabalhadores, áreas resultado de grilagem de terras indígenas e áreas onde exista contrabando de plantas psicotrópicas.

O assentamento dos trabalhadores rurais deve ser acompanhado de orientação técnica e destinação de recursos para viabilização da produção. A preservação do meio ambiente vinculada à reforma agrária também foi outro tema debatido. Há proposta de que nos assentamentos de reforma agrária os trabalhadores sejam orientados sobre as técnicas de conservação do solo e da água.

Previdência e Saúde - A ofensiva do governo federal pelas mudanças na previdência provocou a reação dos trabalhadores rurais. As resoluções sobre o tema apontam para a importância de defender os avanços obti-

dos na seguridade social com a Constituição de 88, hoje ameaçados pelas reformas.

Os trabalhadores rurais rejeitam o fim da aposentadoria por idade e a privatização da previdência. Querem a garantia dos benefícios dos segurados especiais e exigem que o trabalhador rural temporário tenha seus direitos assegurados. Sobre a estrutura do sistema previdenciário há necessidade de implantação imediata dos Conselhos Municipais de Previdência Social, Assistencial Social e do Idoso; implantação de postos do INSS em todos os municípios do País e a democratização do sistema com a participação da sociedade na condução de suas políticas.

Política Agrícola - O modelo agrícola brasileiro deverá ser repensado, adotando-se um padrão de desenvolvimento sustentável, baseado na agricultura de regime familiar, na agroecologia, na preservação e equilíbrio dos ecossistemas.

A priorização da agricultura familiar exige a implementação de uma política agrícola diferenciada utilizando instrumentos como a garantia de preços mínimos, seguro agrícola, crédito acessível e sem burocracia, compra de produtos para os estoques governamentais, incentivo ao cooperativismo e associativismo, reformulação do Sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural, acesso aos bens e serviços públicos (telefonia, estradas, saúde, habitação, energia e educação) e outros.

JAQUELINE LEMOS
JORNALISTA

O PAPEL HISTÓRICO DA CONTAG

Fundada em 1963, às vésperas do golpe militar, a Contag exerceu desde então papel decisivo entre os trabalhadores rurais e o conjunto do movimento sindical brasileiro. Enfrentou intervenção da ditadura. Destacou-se no processo que antecedeu a criação da CUT, à qual, porém, só integrou-se agora.

A intervenção militar na diretoria da Contag ocorreu já em 1964. O regime de exceção não estava disposto a tolerar a organização dos camponeses, ainda que vinculada à estrutura sindical oficial.

O temor estava associado ao potencial de enraizamento da Contag, que se mantém ainda hoje. A confederação reúne um número muito expressivo de sindicatos filiados - 3.200 - representando assalariados rurais, pequenos proprietários, bóias-frias e meeiros.

Em 1968, forças oposicionistas retomaram a direção da entidade, elegendo para a presidência

José Francisco da Silva, que se manteve no posto até 89. A partir do início da década de 80, a Contag somou-se às forças do chamado “novo sindicalismo” no esforço pela criação de uma central sindical autônoma. Participou, em 81, da Conclat - Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras. Integrou a Comissão Pró-CUT. Diante da divisão do movimento sindical em duas centrais (CUT e CGT), a Contag, conservou-se independente. Nesse período, a CUT organizou um Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais.

A partir dos anos 90, houve a reaproximação. Em 1991, a CUT orienta seus filiados a participarem do 5º Congresso Nacional da Contag. Os cutistas elegem cerca de 30% dos delegados e compõem a diretoria da confederação. Em 94 começam os entendimentos formais que levaram à unificação, decidida entre 24 e 28 de abril, no 6º Congresso.

J.L.

NOVAS CENAS DE UM VELHO FILME

Toda vez que um cidadão tenta fazer uma chamada telefônica e se depara ou com uma demora excessiva para conseguir linha ou com um sinal de ocupado logo após discar o terceiro ou quarto algarismo, ele deve ser tentado a concordar com os adjetivos e argumentos mais comuns utilizados para caracterizar as empresas estatais brasileiras: ineficiência, cabide de empregos, prejuízos cobertos à custa dos impostos do contribuinte etc. E deve achar que a proposta do governo, de eliminar o monopólio estatal sobre as telecomunicações, é realmente a saída para acabar com as dores de cabeça que ele tem com o seu telefone.

Serra sabe que a Telebrás vale muito. Quer vender para pagar a dívida interna

Mas se esse nosso cidadão ouvisse o que disse recentemente o ministro do Planejamento, José Serra, teria motivos para começar a duvidar de que seja aquela realmente a saída. Falando aos membros da Comissão Especial da Câmara dos Deputados que analisa a proposta de emenda constitucional que acaba com o monopólio estatal sobre as telecomunicações, Serra expôs, sem rodeios, que a quebra do monopólio tem o objetivo de privatizar as telecomunicações. Até aí, tudo coerente: serviço estatal ineficiente deve ser mesmo privatizado, raciocina o cidadão. Mas, disse o ministro, o governo quer privatizar para arrecadar recursos, entre R\$ 30 bilhões e R\$ 45 bilhões, em dinheiro. Com isso pretende abater uma parte da dívida interna e aliviar as pressões dos juros reais de até 25% ao ano que pesam sobre o Estado. A lógica de Serra é simples: a Telebrás, a holding estatal que controla as telefônicas estaduais, operadoras dos serviços de telefonia local, rende dividendos irrisórios para o Tesouro Nacional quando comparados aos juros da dívida interna.

(Para o conhecimento do nosso cidadão: embora controle a Telebrás, a União é proprietária de 24% do patrimônio das telefônicas. O restante está principalmente na mão de milhões de acionistas, as pessoas que compraram linhas telefônicas, e de empresas nacionais e estrangeiras e de fundos de previdência.)

A tendência é o Estado ficar sem o patrimônio e continuar endividado

Mas se o governo acha que pode encontrar quem queira comprar empresas estatais por tanto dinheiro, é sinal de que elas são eficientes, certo? Certo. De qualquer forma, raciocinaria o nosso amigo, se é para se livrar de uma parte da dívida, quem sabe não valha a pena vender?

O problema é que pode se repetir nas telecomunicações o mesmo que ocorre na

fábula da galinha dos ovos de ouro. A imprevidência de seu dono acabou por matá-la e aí ele ficou sem os ovos e a galinha. E, se no caso das telecomunicações, o país ficar sem o patrimônio público que representam as estatais e permanecer ainda sufocado com os encargos do endividamento sobre o Estado?

Se o cidadão não quiser cair nessa, precisa refletir sobre três questões básicas. Primeiro, a dívida de que fala Serra é, em grande parte, resultado da "privatização da dívida externa", que sucessivos governos conservadores executaram a partir dos anos 80 para impedir que as empresas particulares quebrassem. Portanto, a canga no pescoço do Estado foi resultado, primeiro, do alívio das costas dos particulares, e depois os benefícios propiciando altos rendimentos de suas aplicações na "ciranda financeira". A pergunta é: por que então eles devem mais uma vez ser beneficiados com a venda do patrimônio público? E ainda: pode-se vender a Telebrás apenas uma vez; mas quem disse que o processo de endividamento do Estado estará sob controle daqui para a frente?

Segundo, ao contrário da fama que cerca as estatais brasileiras, o Sistema Telebrás, implantado em 1972, revela muita eficiência: com exceção do período inicial de sua criação, tudo o que construiu foi feito sem recorrer aos cofres do Tesouro. Entre seus feitos principais vale destacar: elevou em 700% o número de linhas telefônicas instaladas entre 1972 e 1993 (de 1,4 milhão para 12,5 milhões) e multiplicou por quase 30 vezes o número de telefones públicos (de 10,3 mil para 300 mil), o que deu ao país a 11ª rede telefônica do mundo. Fez também com que o crescimento da densidade telefônica (o número de linhas telefônicas por cada 100 habitantes) se acelerasse de forma significativa, 266% entre 1973 e 1990, o que nos deu o segundo posto nesse ítem no período, à frente de Japão, Alemanha, Estados Unidos e dos nossos vizinhos latino-americanos e atrás apenas da França.

A Telebrás é eficiente: tirou o país do atraso nas comunicações

E mais: o sistema interliga hoje mais de 15 mil localidades em todo o território nacional, dos quais somente 3 mil são lucrativos. Através da política de subsídios cruzados praticada no conjunto do sistema é possível compensar as perdas que ocorrem em regiões menos desenvolvidas, com baixa densidade populacional, com o lucro obtido nas regiões mais ricas e densamente povoadas. Com a privatização, acabaria o subsídio cruzado — que aliás está na mira do governo desde agora. Que empresa privada se disporia a roer um osso quando pode comer um filé mignon — perder dinheiro com determinada região de sua área de operação se

Privatizar as telecomunicações para pagar a dívida é como matar a galinha dos ovos de ouro e voltar ao tempo em que havia somente um telefone para cada cem brasileiros

puder ganhar mais em outra? Isso, é óbvio, é função típica do Estado, como admitiu o ministro em seu depoimento. Só não soube dizer como o Estado poderia intervir num caso desse tipo.

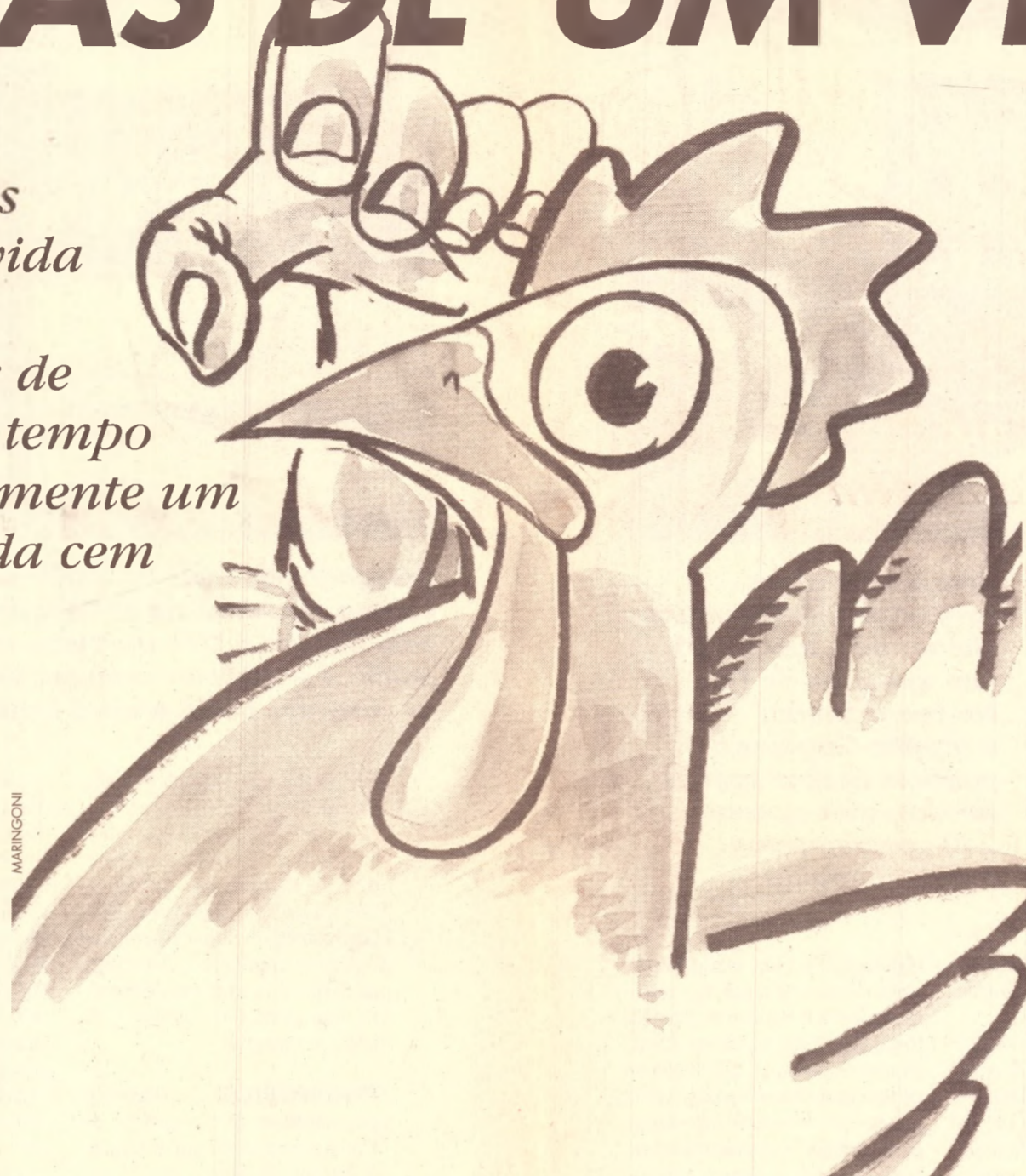
Terceiro: manter o sistema integrado pode dar ao Brasil uma vantagem fundamental no futuro. Discute-se hoje no mundo a questão das grandes rodovias de informação, redes de cabos de fibra ótica por onde transitariam os mais diversos tipos de informação, dos sinais telefônicos e de TV até os das grandes redes de computadores. O Brasil está implantando um embrião dessa malha, a Infovia, mas se o sistema se pulverizar, em consequência da privatização, o país pode perder a chance de construir um sistema nacional, público e unificado.

Nos Estados Unidos, onde essas redes são regionalizadas e operadas privadamente, quer por companhias telefônicas, quer por empresas de TV a cabo, a situação é hoje próxima do caos: os monopólios telefônicos regionais vêm sendo acusados na Justiça de concorrência desleal por parte de empresas jornalísticas e de TV a cabo e, em represália, tentam impedir as operadoras de TV a cabo de prestarem serviços de transmissão de dados, alegando exclusividade na área.

A ideia do governo é que, após a venda das "teles", a Telebrás — ou outro órgão — passaria a ser o controlador das empresas privadas concessionárias, enquanto a Embratel — por enquanto excluída da privatização, continuaria com seu papel atual: realizar as ligações interestaduais e internacionais, via satélite ou cabos.

Entre 72 e 93 a expansão da rede telefônica só perdeu para a França

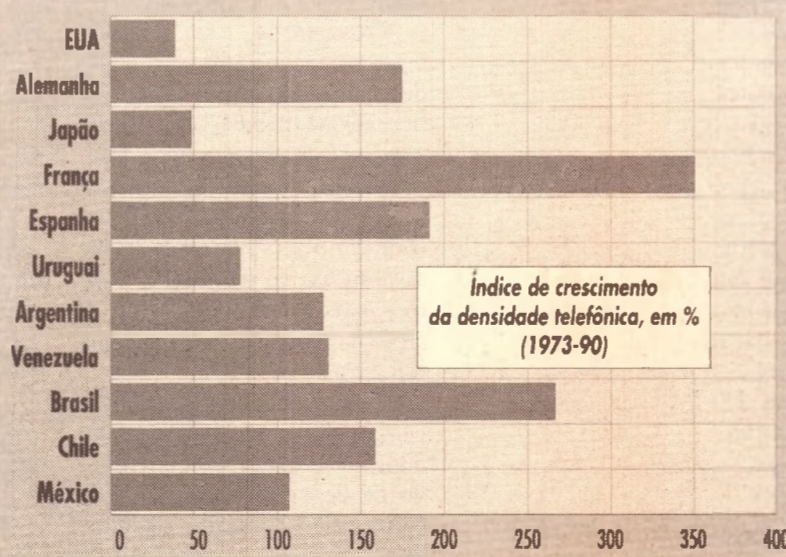
É, como nem o próprio governo nega, uma cópia parcial do sistema americano. Só que lá o papel da Embratel é exercido, basi-



MARRICONI

À frente de quase todos

O monopólio das telecomunicações acelerou significativamente a implantação de linhas telefônicas no país



FONTE: UIT

camente, pela AT&T, um gigantesco monopólio privado. A questão essencial, no entanto, é que o poder do Estado brasileiro comparado com o americano é muitíssimo menor. E o pior: a privatização deve trazer para cá, diretamente ou através de associação com empresas brasileiras, algumas das maiores empresas de telecomunicações do mundo. Não se trata de um raciocínio gratuito: segundo o advogado Gaspar Vianna, um estudioso da questão, autor do livro *Privatização das telecomunicações*, um relatório do banco de investimentos americano Salomon Brothers classificou a Telebrás como a sexta mais rentável empresa de telecomunicação do planeta, juntamente com a British Telecom, à frente de 14 empresas americanas e da estatal japonesa do setor. Quem perderia um manjar como esse?

O modelo que o governo apresenta como "moderno" não passa de velharia. Parece com aquelas refilmagens de clássicos antigos: mudam os atores, a história continua a mesma, mas o resultado final é freqüentemente muito pior.

A retaliação tira do país a chance de ter uma Infovia integrada

Até o início dos anos 70 o estado brasileiro exercia o tal poder controlador. Não havia também monopólio estatal: cerca de mil empresas exploravam os serviços em todo o país, a esmagadora maioria pequenas concessionárias de serviços telefônicos municipais. O melhor pedaço da telefonia, entretanto, ficava com apenas duas: a Companhia Telefônica Brasileira (controlada pela Brazilian Traction, do Canadá) e a Companhia Telefônica Nacional (controlada pela

International Telegraph and Telephone, a IT&T, americana). A CTB operava nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Vitória; a IT&T, no Rio Grande do Sul, Paraná e cidades do Nordeste.

A situação da época era tão caótica que políticos de ideologias tão díspares, como Leonel Brizola e Carlos Lacerda, foram obrigados a intervir para garantir que as telecomunicações nos Estados do Rio Grande do Sul e da Guanabara, por eles governados, funcionassem com um mínimo de eficiência. Em 1962, Brizola encampou a IT&T e criou a Companhia Riograndense de Telecomunicações. Lacerda, em 1963, fundou a Companhia Estadual de Telefones para garantir o atendimento aos bairros pobres e à zona rural do Estado, uma vez que a CTB só se preocupava com a zona sul e os bairros mais nobres da cidade do Rio de Janeiro.

Foi a ineficiência desse sistema que levou à aprovação do Código Brasileiro de Telecomunicações em 1962, no qual se instituiu o Sistema Brasileiro de Telecomunicações e se previu a criação de uma empresa que controlaria o fluxo estratégico de informações, entre os Estados e entre o Brasil e o exterior. Em 1965, pouco depois do golpe, o governo militar cria primeiro essa empresa, a Embratel, indispensável para os projetos de desenvolvimento do novo regime: sem garantir a eficiência nesses tipos de serviços, seria difícil imaginar que empresas estrangeiras e o grande capital nacional realizassem novos investimentos. A telefonia local, de uso pessoal e dos pequenos negócios, só foi atacada a partir de 1972, com a criação da Telebrás e da incorporação, paulatina, daquele milhar de empresas.

A saída apontada pelo governo é como uma volta ao passado

Os feitos do monopólio estatal são importantes, mas limitados. O sabor de passado da fórmula do governo, no entanto, pode não superar suas imperfeições e, pior ainda, liquidar o que existe de bom nele.

Entre os problemas apontados é costume, apesar do expressivo crescimento, citar a baixa densidade de terminais telefônicos instalados. Hoje, apenas 20% das residências têm telefone, o que dá cerca de oito terminais por grupo de cem pessoas — havia menos que dois há duas décadas. Visto isoladamente, esse índice nos põe em apenas 42º lugar no ranking mundial de acordo com esse critério.

É preciso, no entanto, levar em conta a distribuição de renda no país: ela também nos joga na rabeira do mundo, assim como outros indicadores sociais ligados à saúde e à educação. Encarado a partir desse ângulo, o desempenho brasileiro ganha outra dimensão: enquanto os EUA, por exemplo, têm uma renda per capita de US\$ 23,2 mil dólares e uma densidade telefônica de

50 terminais por cem habitantes, o Brasil apresenta US\$ 3 mil de renda por habitante e densidade de 8. O que quer dizer que, enquanto a renda americana é de quase 8 vezes a brasileira, a densidade telefônica é de pouco mais de 6 vezes. Fora do mundo dos países ricos, uma comparação com nossos vizinhos argentinos indica que, embora tenhamos um território muito maior com enormes desigualdades geográficas, a rede telefônica brasileira é mais disseminada: a renda argentina é exatamente o dobro da brasileira, mas a densidade telefônica é cerca de um terço maior, apenas.

Brizola e Lacerda tiveram que intervir na telefonia

Outra crítica costumeira diz respeito ao custo da transmissão de dados e das chamadas internacionais, muito mais caro que nos países ricos. A constatação é verdadeira e tem causas diversas. Uma das principais decorre do achatamento das tarifas médias do Sistema Telebrás. Ele é de tal monta que as tarifas médias reais cobradas em 1992 representavam apenas 15% de seu valor real de 1973 — distorção que o governo já anunciou pretender corrigir, não agora, mas antes da privatização.

Contidas as tarifas em geral, para seguir praticando o subsídio cruzado a Telebrás optou por elevar a conta dos que utilizam os serviços mais sofisticados — ligações internacionais, transmissão de dados — para garantir a telefonia local.

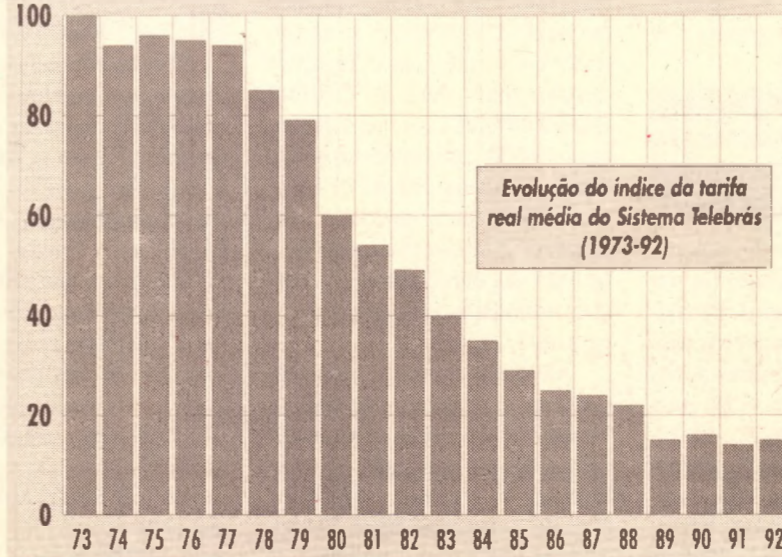
Há outro problema, no entanto, do qual pouco se fala: o dos preços cobrados para as transmissões de televisão, absurda distorção da política de subsídios. A Rede Globo, a principal cadeia do país, e as demais redes, beneficiam-se desse privilégio descabido. Hoje, quando qualquer uma dessas empresas utiliza por determinado período o sistema de microondas para as transmissões entre as suas estações ocupa o equivalente a 960 terminais telefônicos, mas paga somente pelo uso de cerca de 10 terminais!

É evidente que as telecomunicações brasileiras precisam sofrer uma revisão. Mesmo um dos mais ferrenhos opositores da proposta do governo, a Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações (FITTEL) reconhece isso. A questão, a ser matutada por aquele nosso (espera-se, já não tanto) desavisado cidadão, é se isso deve ser feito às carreiras, como pretende impor o governo, ou de forma madura e tranqüila, através de amplos debates com os diversos setores envolvidos. E tendo em mente, principalmente, que as telecomunicações são hoje um serviço essencial para o conjunto do povo brasileiro e têm papel estratégico na construção do futuro do país.

ARMANDO SARTORI

As tarifas despencam

Em 20 anos de achatamento, o valor real das tarifas de telecomunicações caiu para somente 15% do patamar original



FONTE: ELABORADO A PARTIR DE DADOS DA TELEBRÁS E FGV PELO SINTEL E FITTEL

FÁBRICA DE ILUSÕES

O prefeito de S. Paulo liquida vários projetos de habitação popular do município para preservar apenas o Cingapura, que interessa às empreiteiras

O projeto Cingapura, anunciado pelo governo Maluf como o maior programa social do Brasil, até agora é só fachada. Exibe a verticalização parcial de meia dúzia de favelas, todas em local de grande visibilidade e valorização imobiliária, enquanto em inúmeras outras se multiplicam despejos e remoções forçadas. Já a propaganda do Cingapura, veiculada através da imprensa nacional, tem um alvo certo: o enorme número de favelados que cresce assustadoramente no país e um contingente não menor de eleitores pobres que estão sendo expulsos de suas casas de aluguel, sem perspectiva de uma solução habitacional.

Na propaganda, elevador e telefone. No real, pouco foi feito

O IBGE de 1993 mostrou que a renda dos brasileiros na última década caiu em 5,3%. Mais da metade da população recebe menos de dois salários mínimos, o que mal garante a alimentação. São Paulo tem 1.600 núcleos de favelas, superando o Rio de Janeiro. Quase um em cada cinco moradores da região metropolitana habita em barracos.

Moradia, saneamento básico, infraestrutura, componentes básicos de qualquer política habitacional, não são nem de longe prioridades da Administração Maluf na cidade de São Paulo. Mas para seus projetos políticos, que têm como mira a disputa do governo federal, o dado estatístico que interessa é outro: 70% dos barracos espalhados pelo país têm pelo menos um aparelho de TV. E quase 100% dos eleitores pobres em eminência de mudar-se para as favelas também estão ligados na telinha. Enfim, os favelados brasileiros, constituem um eleitorado e tanto.

Na propaganda, que corre o país afora, o projeto Cingapura promete prédios de apartamentos de 42 m², até com elevador, estacionamento e sistema de telefonia para os favelados. Na vida real, apenas 240 apartamentos

foram entregues, um número ridículo perto dos resultados alcançados pela administração Luiza Erundina, que em quatro anos criou soluções para 39 mil famílias em seus diversos programas habitacionais.

Das 57 favelas que o governo Maluf promete erradicar através da verticalização, há projeto (mas ainda não há recursos) para apenas 26. Dessas, as primeiras licitações elencaram 14. Outras 12 ficam para a segunda fase. Até o final de março, as obras só começaram em seis favelas. Das 3.800 unidades previstas para a primeira fase, 240 foram entregues e pouco mais de 500 estão de fato em construção.

A administração de Maluf está em seu penúltimo ano de governo. O tempo que falta é quase o mesmo que transcorreu desde que o Cingapura foi anunciado em fins de 1993.

A Prefeitura gastou só cerca de 25% do destinado à habitação

O orçamento municipal para habitação, que por enquanto é a única fonte para o projeto, não chega aos pés do que tem sido gasto em vias públicas. Entre janeiro e fevereiro deste ano, o governo torrou R\$ 123 milhões em grandes obras viárias e destinou apenas R\$ 7,1 milhões para habitação. Para piorar, o governo tem gasto efetivamente, na prática, apenas pouco mais de 25% dos recursos destinados à construção de moradias no Orçamento. E acabou, literalmente, com programas habitacionais importantes, como os mutirões, o programa de áreas de risco e a urbanização de favelas sem verticalização.

O projeto Cingapura, na verdade, nasceu do desespero da Prefeitura, ainda na gestão do secretário de habitação João Mellão, diante da crescente mobilização dos favelados e mutirantes que exigiam a retomada das políticas



FOTOS: LUIZ PRADO/AE



Alvo de Maluf, os favelados constituem um eleitorado e tanto: 70% tem aparelho de TV. Na propaganda, o projeto Cingapura promete acabar com as favelas, mas apenas 240 apartamentos foram entregues

habitacionais do governo anterior. Às vésperas de uma manifestação de mais de cinco mil sem-teto às portas da Prefeitura — que seriam tratados a golpes de cassetete e gás lacrimogêneo — o secretário foi à imprensa anunciar um programa habitacional nos moldes do atual Cingapura — só que batizado de Bairro Comunitário. Na época, reconheceu tratar-se da continuidade do projeto de verticalização de Erundina, que começou pelas favelas Heliópolis, Água Branca e Minas Gás. Mais tarde, já com um novo secretário nomeado para a pasta, a Prefeitura alegou que seu projeto era inspirado na experiência do país asiático Cingapura. Daí o novo nome.

Nos mutirões, as casas saíam 40% mais baratas. As empreiteiras chiaram

A verticalização de favelas, em sua nova versão, também foi um achado para as relações de privilégio que a Prefeitura mantém com as empreiteiras. Algumas ações judiciais foram necessárias para barrar a primeira licitação, que incluía todas as favelas do projeto em um único pacote e que faria escorar para uma só construtora um total de US\$ 60 milhões. Redivi-

das em lotes, as novas licitações acabaram contemplando as conhecidas Schaim Cury e OAS.

É bem aí, no interesse das empreiteiras, que reside a diferença entre o Cingapura de Maluf e o Plano Habitacional praticado na gestão Erundina. Caso a Prefeitura permitisse apenas a conclusão dos trabalhos iniciados na gestão anterior, sem nada acrescentar em projetos próprios, outras 23 mil famílias teriam solução habitacional, a um custo bem menor. Em seu "Relatório de Progresso", de dezembro de 1993, a empresa Ductor indicava que as casas construídas por mutirão custaram em média US\$ 150/m². Já as unidades construídas pelo Cingapura custam mais de US\$ 250/m². Quando Maluf assumiu a prefeitura, 10.500 casas estavam sendo construídas, em sistema de mutirão. A prefeitura impediu a conclusão de 8 mil, ao criar toda sorte de entraves burocráticos e acusações infundadas para suspender o repasse de recursos.

Além dos mutirões e da proposta de verticalização de favelas, Maluf herdou obras contratadas para 2.400 apartamentos, 34 urbanizações de favelas e 9 recuperações de cortiços. O Plano Habitacional, conta a ex-secretária de

Habitação Ermínia Maricato, incluía vários programas hoje interrompidos: o Programa de Área de Risco e o Plano de Defesa Civil, desenvolvido com o IPT- Instituto de Pesquisas Tecnológicas, o programa de melhoria de cortiços nas áreas centrais, o programa de atendimento jurídico gratuito à população pobre moradora de aluguel. A Administração Maluf privilegiou apenas a verticalização, único a contemplar mais as empreiteiras do que os sem-teto.

A prefeitura não informa que os moradores terão de pagar os apartamentos

O desinteresse da Prefeitura em discutir seu projeto com as comunidades faveladas chega ao ponto de nem informar as famílias sobre o custo das moradias. Os primeiros contemplados do Cingapura na Favela Zaki Narchi, Zona Norte de São Paulo, não sabiam que estavam comprando seus apartamentos. Doze moradores ouvidos pela imprensa se mostraram surpresos com a novidade: pagariam R\$ 57,00 por mês, corrigidos nos próximos 20 anos, além de um condomínio de R\$ 17,00 (ou de R\$ 25 nos prédios com elevadores).

RITA FREIRE, JORNALISTA

PROBLEMAS PARA O GOVERNO E PARA A OPOSIÇÃO

A maior ameaça ao Plano Real, tal como ele foi concebido, é representada hoje pelo aquecimento excessivo da demanda, pois a economia está crescendo com intensidade difícil de sustentar.

Os remédios aplicados pelo governo mostram-se pouco eficazes para lidar com o problema e estão criando efeitos colaterais perniciosos: os juros muito altos comprometem as finanças públicas; e o arrocho do crédito, como pretendido pelo pacote mais recente, pode conduzir a problemas graves de inadimplência por parte dos devedores em geral, com efeitos perigosos sobre a estabilidade do sistema bancário.

A queda abrupta da inflação tende a produzir crescimento acelerado, ainda que fugaz

O que está acontecendo não é surpreendente, a não ser, talvez, pela intensidade e pelos efeitos de políticas pouco utilizadas antes entre nós, como a abertura generalizada do comércio exterior. E também não é nova a dificuldade da oposição em analisar o problema e conseguir posicionar-se de forma adequada frente a ele.

A queda abrupta de uma inflação muito alta, como na entrada do Real, tende a produzir de imediato uma onda de crescimento econômico acelerado, embora por vezes de curta duração.

Primeiro motivo para isto: sendo a inflação um poderoso instrumento de exploração dos mais pobres e de concentração de renda, uma vez que ela desaparece, mesmo que por pouco tempo, o rendimento real dos trabalhadores tende a aumentar, pois deixa de ser corroído violentamente a cada dia. Resultado: o trabalhador passa a consumir mais, já que sua primeira reação é comprar os artigos de primeira necessidade aos quais ele não vinha tendo acesso.

Segundo motivo: o crédito se recompõe com rapidez. Com inflação muito alta é impossível fazer negócios a prazos superiores a 30 ou 60 dias; quando ela baixa para 1% ou 2% ao mês, as prestações mensais parecem compatíveis com o salário e o trabalhador compra a prazo. Os recursos para financiar as lojas vêm dos bancos: eles perdem os ganhos com a inflação e procuram recuperá-los por meio da receita obtida com os empréstimos. Assim, além de poder comprar por ter mais dinheiro no bolso, o trabalhador pode endividar-se e comprar ainda mais.

Terceiro motivo: muitas pessoas que têm dinheiro aplicado passam a considerar os rendimentos muito baixos, sacam o dinheiro e gastam. Aí se incluem desde os mais pobres até os rentistas, que tendem mesmo a trazer dinheiro do exterior para adquirir ativos no país: terrenos, imóveis, negócios.

Tudo isto somado e agindo ao mesmo tempo detona uma onda de crescimento

As dificuldades do plano de estabilização são claras. Mas a esquerda ainda resiste a passar da crítica à apresentação de alternativas



Plano Real: aumento do consumo e das dívidas

muito forte. Nada de novo: foi assim no Cruzado, no Plano Real, até certo ponto nos dois primeiros meses depois do Plano Collor, e também na Argentina depois do Plano Cavallo.

Por que este crescimento é um problema? Por ocorrer com rapidez excessiva, numa economia pouco capaz de responder no mesmo ritmo a uma expansão tão veloz da demanda. A oferta precisaria crescer com igual rapidez para evitar que as empresas se

aproveitem para remarcar preços e trazer a inflação de volta.

Não resolve muito dizer que a solução é aumentar a oferta de bens com rapidez: aumentar a oferta ampliando a produção local também ajuda a aumentar a demanda, pois serão contratados mais trabalhadores, os gastos com matérias-primas e bens intermediários crescerão, etc.

A maneira mais rápida de atender à demanda é com importações. Mas isto pode

conduzir a uma crise cambial, a menos que o país tenha recursos em moeda forte para poder financiá-las e evite a valorização da moeda nacional. A equipe de FHC acreditava que poderia valorizar o Real e abrir as importações sem maiores problemas, mas a crise mexicana evidenciou que era uma política aventureira e de fôlego curto.

Restou a eles arrochar o crédito ainda mais. Porém, como as pessoas e as empresas já se endividaram bastante, e têm dificuldades para pagar as prestações, corre-se o risco de os devedores não poderem atender à pressão dos bancos para pagarem pelo menos uma parte dos compromissos que vão vencendo, o que pode criar dificuldades sérias para as instituições financeiras. Algo semelhante ocorreu no começo de 1987, na crise do Plano Cruzado, e o governo teve que financiar os bancos para evitar uma quebra.

Além disso, os juros altos que o governo utiliza desde o ano passado para ajudar a conter a demanda estão criando problemas graves para o Tesouro, devido ao custo elevado dos títulos públicos.

Por isto, o pacote mais recente não procura elevar os juros das aplicações (ou seja, não encarece mais a rolagem da dívida pública), concentrando-se em restringir e encarecer o crédito (o que também permite aos bancos ganhar mais nos empréstimos que fizeram, pois aumenta a diferença entre os juros que eles pagam para tomar dinheiro e o que eles cobram para emprestar).

As dificuldades do Real, percebe-se, são graves. É bom lembrar, no entanto, que elas colocam também a esquerda diante de pelo menos três questões ainda irresolvidas.

Primeiro, não há consenso entre nós sobre a existência de uma onda insustentável de consumo e muito menos sobre suas implicações.

Os bancos tentam recuperar, em empréstimos muito rentosos, o que perderam com queda da inflação

Segundo, entre nós é incomparavelmente mais intensa a denúncia das limitações e dos problemas da estratégia do governo do que a apresentação de propostas para enfrentar as dificuldades, além da pouca ênfase dada à afirmação de que não desejamos mesmo a volta da inflação e o fracasso do Plano Real (já que certamente as maiores vítimas serão os mais pobres).

Terceiro, porque a elaboração de propostas eficazes para estes problemas exige maturidade técnica e política, além de um esforço concentrado, de preferência em grupo e com muito trabalho regular e objetivo — tudo muito além daquilo que está fazendo neste momento.

É bom que o leitor saiba destas coisas.

CARLOS EDUARDO CARVALHO
ECONOMISTA E MEMBRO DO CONSELHO
EDITORIAL DA REVISTA TEORIA & DEBATE

1º DE MAIO

UM DESAFIO PARA OS TRABALHADORES

Acabamos de comemorar mais um 1º de Maio, data histórica para os trabalhadores na luta pelos seus direitos e conquistas. Quando em 1886 os Mártires de Chicago foram condenados à morte e à prisão perpétua, estavam lutando pela redução da jornada de trabalho e davam passos significativos na busca de coesão e solidariedade de classe. A partir de então, o 1º de Maio tornou-se uma data histórica para os trabalhadores. Hoje, mais de um século depois, o mundo do trabalho vivencia uma situação ainda mais difícil, tantos são os impasses e desafios presentes na sociedade contemporânea. Mais do que nunca, o sentido de pertencimento de classe coloca-se como fundamental para todos aqueles que vivem do trabalho. Quais são, então, as causas destes agudos desafios?

Iniciamos afirmando que, nos últimos vinte anos, o movimento operário presenciou a situação mais crítica de toda sua história, desde o nascimento das *trade-unions* na Inglaterra. Crise que se deveu, fundamentalmente, a um conjunto de metamorfoses que afetaram *simultaneamente* tanto a sua materialidade quanto a sua esfera mais propriamente subjetiva. Da reestruturação produtiva à crise dos organismos de representação dos trabalhadores, como os sindicatos, todas estas dimensões foram, de alguma maneira, afetadas.

Intensificadas a partir de 73, as mudanças na produção, eram saída para a crise do capitalismo

Vários são os elementos constitutivos dessa crise, dos quais podemos sinteticamente destacar o abrupto desmoronamento do Leste Europeu e dos países que tentaram uma transição pós-capitalista. Este episódio permitiu que se desenvolvesse, no interior de importantes parcelas do mundo do trabalho e do movimento operário, a falsa idéia do “fim do socialismo”. Eliminada a possibilidade de conquista do socialismo, dizem, restaria para a esquerda somente a busca de um caminho “civilizado” dentro do capitalismo. A via social-democrática foi assimilada por amplos contingentes da esquerda, como a única alternativa possível para resistir ao neoliberalismo e à ordem do capital. E, até agora, a esquerda anticapitalista não tem conseguido mostrar que um novo caminho socialista é, em verdade, a única possibilidade, no limiar do século 21, de operar uma ruptura com a lógica destrutiva do sistema



VIDAL CAVALCANTE/AE

Em 95, as manifestações do 1º de Maio foram, mais uma vez, pouco massivas. É apenas um dos sinais das dificuldades da esquerda, analisadas em detalhe no novo livro de Ricardo Antunes

A reestruturação produtiva e as dificuldades da esquerda mergulharam o movimento operário em sua crise mais grave. Só será possível resolvê-la resgatando o caráter de classe dos diversos segmentos dos trabalhadores

produtor de mercadorias. Embora a longo prazo as conseqüências do desmoronamento do Leste Europeu sejam positivas, pois coloca-se a possibilidade de retomada, em bases inteiramente novas, de um projeto socialista de novo tipo, no plano mais contingencial e imediato houve, em significativas parcelas da classe trabalhadora, a assimilação da manipulada e equívoca tese do “fim do socialismo”.

Portanto, paralelamente ao desmoronamento da esquerda tradicional, vinculada aos PCs da era (neo)stalinista deu-se um agudo processo de social-democratização da esquerda e a sua conseqüente atuação subordinada à ordem do capital. Esta *acomodação social democrática* penetrou no interior da *classe-que-vive-do-trabalho*. E, com a crise do *welfare state*, durante a avalanche nefasta do projeto neoliberal, deu-se um processo de regressão no interior da própria social-democracia, que passou a atuar de maneira muito próxima da agenda neoliberal. De Mitterrand à Felipe Gonzales, para não falar na versão tropical tipo FHC.

A esquerda anticapitalista ainda não foi capaz de propor um novo caminho socialista

Há, entretanto, um ponto que me parece central, quando se pro-

cura entender as metamorfoses no interior do mundo do trabalho. Isso porque, nas últimas décadas, como resposta do capital à crise de acumulação irrompida a partir de 1973, intensificaram-se as transformações no próprio processo produtivo, através do avanço tecnológico, da constituição das formas de acumulação flexível e dos modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo, onde se destacam, para o capital, o modelo de desconcentração produtiva no Norte da Itália, as experiências da Califórnia nos EUA, o já trunco modelo sueco e, especialmente, pela potencialidade e dimensão expansionista, o modelo japonês, denominado “toyotismo”.

As transformações nos países capitalistas avançados repercutiram fortemente em países do Terceiro Mundo como Brasil, México e Argentina. Podemos sinteticamente destacar a diminuição do operariado manual, fabril, típico do fordismo; a expansão das inúmeras formas de subproletarização do trabalho, decorrentes da expansão do trabalho precário, parcial, temporário, “terceirizado” etc. Houve também um aumento expressivo do trabalho feminino no interior da classe trabalhadora; deu-se uma enorme expansão dos assalariados médios, especialmente no setor de serviços e presenciava-se a exclusão dos jovens re-

cém-formados nos países capitalistas centrais e a sua inclusão precoce no mercado de trabalho nos países subordinados. A classe trabalhadora *fragmentou-se, heterogenizou-se e complexificou-se ainda mais*.

Enquanto o stalinismo sucumbia, outras forças sofriam uma “acomodação social-democrática”

Ao contrário, entretanto, daqueles que alardearam a tese do “fim do proletariado”, o maior desafio da classe trabalhadora e do movimento operário, bem como dos seus organismos representativos, nesta viragem do século, é soldar os laços de classe existentes entre os diversos segmentos que compõem o mundo do trabalho, procurando articular desde aqueles segmentos que exercem um papel central no processo de criação de valores, e sobre os quais o capital joga uma monstruosa carga ideológica e manipulatória, como nos evidência o “Toyotismo”, até aqueles segmentos que estão mais na franja do processo produtivo, mas que, pela precariedade das condições de trabalho, são potencialmente pólos de contraposição ao capital e suas formas brutalmente excludentes de sociabilidade.

Desse modo, o sistema produtor de mercadorias, vigente em

quase todas as partes do mundo, mostra seu enorme caráter destrutivo: sua lógica elimina, entre tantas coisas, a própria força de trabalho. O brutal desemprego estrutural, que atinge o mundo em escala global e de forma arrasadora, é uma evidência deste caráter destrutivo.

Isso coloca, no final do século, um desafio para a totalidade do mundo do trabalho: é preciso criar laços entre aqueles contingentes sociais que ainda detêm a centralidade do processo de criação de valores. Essa não é uma empreitada simples: o resgate do caráter de classe dos diversos segmentos que compreendem a *classe-que-vive-do-trabalho* é o maior desafio neste final de século. Articular desde os núcleos mais organizados das classes trabalhadoras até aqueles que vivenciam as formas mais nefastas da exclusão social. Soldar os laços de coesão e solidariedade de classe, como aprendemos com os “Mártires de Chicago”. Resgatar, desse modo, o sentido de pertencimento de classe”.

RICARDO ANTUNES
PROFESSOR LIVRE-DOCENTE EM SOCIOLOGIA DO TRABALHO DO IFCH/UNICAMP. ACABA DE PUBLICAR SEU NOVO LIVRO: ADEUS AO TRABALHO? (ENSAIO SOBRE AS METAMORFOSES E A CENTRALIDADE DO MUNDO DO TRABALHO), ONDE ESTAS REFLEXÕES ESTÃO DESENVOLVIDAS

BOLÍVIA

ESTADO DE SÍTIO: PAÍS À VENDIDA

O estado de sítio de Lozada busca encarcerar a contestação popular

*Só o fogo prospera
na terra dos senhores*
Paul Éluard

O dia 1º de Maio boliviano amanheceu coberto de escuridão e chamas. Milhares de trabalhadores saíram às ruas em uma "jornada de luto" contra o estado de sítio decretado pelo presidente Gonzalo Sánchez de Lozada na madrugada de 19 de abril. Os bolivianos estão proibidos de circular pelas ruas fora do horário das 6h às 24h, de realizar passeatas, manifestações, bloqueios de estradas, greves, reuniões sindicais e qualquer outra forma de contestação política. Os trabalhadores protestam contra o estado de sítio e as prisões, em locais remotos e inacessíveis, de mais de 600 trabalhadores, entre eles o líder da Central Operária Boliviana (COB), Oscar Salas, Guillermo Lora, do POR (Partido Operário Revolucionário) e o líder dos plantadores de folha de coca, Evo Morales. No entanto, o estado de sítio não terminou com os protestos contra as privatizações da educação e das empresas estatais e a proibição do plantio da folha de coca e a política salarial de fome. Ao contrário, o governo colocou mais lenha na fogueira da tensão social.

**Governo edita "leis malditas",
que impõem neoliberalismo
sob disfarce "participativo"**

A decretação de medidas de emergência pelo presidente Gonzalo Sánchez de Lozada, do partido do MNR (Movimento Nacional Revolucionário), de passado nacionalista e reformista e presente neoliberal, se deu como resultado da impossibilidade de continuar aliando os interesses das elites às promessas voltadas para os trabalhadores. Eleito em 1993 com o compromisso de reeditar a experiência de contenção da inflação, executada quando foi ministro do planejamento no governo Paz Estenssoro em 1985, Lozada (o "Goni", como foi apelidado pelo povo) adotou desde o início medidas duras: pacotes econômicos e arrochos salariais. Pressionado pelos partidos governistas, maioria no Congresso, pelos grandes empresários bolivianos e estrangeiros, pelo Banco Mundial e organizações internacionais, para a aprovação e aplicação de um programa de medidas neoliberais, Lozada decidiu pelo uso da força.

As medidas mais antipopulares estão contidas em três projetos que o Congresso discute atualmente, e que foram apelidadas de "leis malditas": a de capitalização, a de reforma educacional e a da "participação popular". Em todas elas transparece o desejo de impor o neoliberalismo

sob o disfarce de uma democratização ilusória. A lei de capitalização prevê a venda de 50% das ações das seis maiores empresas estatais do país, como do petróleo, telecomunicações, minério, etc, para a iniciativa privada e investidores internacionais. A venda arrecadaria US\$ 3,5 bilhões, que seriam aplicados nas próprias companhias e em seguida o capital restante seria distribuído a 3,8 milhões de bolivianos através do depósito em contas bancárias. Os sindicatos contestam: apenas 5% possuem conta bancária na Bolívia; a privatização serviria apenas para render lucros às empresas privadas.

A segunda lei, de reforma educacional, está na base da greve dos 70 mil professores das escolas públicas, desde o dia 13 de março. O governo promete uma reforma "revolucionária": educação intercultural e bilíngüe, maior acesso das crianças do campo à escola, melhoria da qualidade do ensino. Os professores

encontram uma outra realidade: arrocho salarial, fim da sindicalização obrigatória no ensino público e proposta de privatização da universidade pública e do ensino médio; fim da responsabilidade do Estado com o sustento do ensino, a pretexto de "descentralização" e "municipalização".

A "participação popular" da terceira lei prevê a formação de comitês para o acompanhamento das medidas governamentais. Compostas, no entanto, por delegados individuais, indicados por prefeitos e vereadores, esses comitês, ao invés de colocar as medidas governamentais em debate, servem apenas para dar uma aparência de "aceitação geral" em relação a elas.

**"Goni" acaba com verbas da
escola pública e alega que
pretende descentralizar o ensino**

Outra medida, adotada a partir de acordos entre os governos da Bolívia e dos EUA, também serviu para intensificar as lutas sociais: a proibição do cultivo da folha de coca. No segundo país mais pobre da América Latina, onde o salário mínimo está reduzido a 44 dólares e há mais de 30% de desempregados, a ordem sig-



**Protesto contra o estado de sítio:
professores bolivianos
enfrentam policiais**

medidas adotadas dão a oportunidade ao governo de levar a cabo as reformas e a privatização das estatais. A capacidade de investimento nacional é muito pequena, por isso estamos nos associando a empresários estrangeiros."

O estado de sítio colocou todos os bolivianos contra a parede: durante os próximos 90 dias as reformas serão aprovadas no Congresso, contra a vontade da maioria do povo. Agora, com a Bolívia aprisionada, Lozada aguarda para maio as primeiras propostas de empresários para a venda das estatais.

A insatisfação cresce. No dia seguinte à expulsão de 15 estrangeiros que participavam do Conselho Andino de Produtores de Coca, camponeses e sindicalistas organizaram no-

nifica acabar com o único meio de sobrevivência de milhares de camponeses. Por isso, eles passaram a realizar bloqueios "relâmpagos" das estradas, em confronto com militares.

**Os trabalhadores levantam-se
em março: espalham-se greves,
bloqueios, confrontos de rua**

A onda de demagogia montada em torno das "três leis malditas" não iludiu os trabalhadores. A partir de março e abril, eles organizaram jornadas de luta: paralisaram escolas, fábricas e minas. Milhares de professores, operários, camponeses e estudantes dirigiram-se para as manifestações em La Paz. As ruas transformaram-se em verdadeiros campos de batalha entre os trabalhadores e a polícia. No dia 20, a Bolívia amanhecia amordaçada: logo após tomar conhecimento de que a COB decretara greve geral, "Goni" decreta o estado de sítio.

Na opinião dos grandes empresários, a restrição às liberdades faz parte de um grande negócio. Oscar Aguilar Orellana, vice-presidente da Confederação dos Empresários Privados, declarou: "A situação estava gerando uma convulsão social e as

novos bloqueios das estradas entre Santa Cruz e Cochabamba na região de Chapare, centro da Bolívia. Os protestos exigiam a libertação dos prisioneiros e o fim das reformas. No dia 25 os jornalistas, desafiando o estado de sítio, realizaram uma manifestação pela liberdade de expressão em La Paz, próxima ao Palácio do Governo e vários jornais, em protesto, circularam com páginas em branco.

**Antes da greve geral, vem o
estado de sítio. Os empresários
aplaudem, o povo resiste**

Até o dia 28 os centros mineiros estavam paralisados e as escolas vazias. No dia 29 a COB, em negociação com o governo pela libertação dos prisioneiros, decidiu pelo fim da greve geral. Os professores mantiveram a paralisação e propuseram greve de fome. No dia 4 de maio, os professores voltaram ao trabalho em troca da libertação dos trabalhadores encarcerados. Oscar Salas, secretário-geral da COB, está entre os primeiros 40 prisioneiros postos em liberdade. Bolívia, como o México, sugere: unido, o povo pode resistir. É um aviso: quem brinca com fogo...

CECÍLIA LUEDEMANN

NOSSAS ELITES SEM CARÁTER

Produção arrojada e um roteiro ousado. Combinações indispensáveis para a concepção e realização do filme “Carlota Joaquina, a princesa do Brasil”, que estreou no mês de fevereiro nos cinemas brasileiros. A direção de Carla Camuratti deu o tom e contou, de modo engraçado, porém verdadeiro, um intervalo da história do Brasil. O elenco, não menos competente, teve o desempenho de Marieta Severo (no papel principal) e Marco Nanini, comp. D. João VI.

Assim que o filme foi lançado, muitos comentários foram feitos acerca da veracidade das situações interpretadas. Os primeiros protestos vieram dos descendentes da família real e de pessoas interessadas na continuação de uma farsa, ao afirmar que se trata de uma visão cinematográfica mentirosa, que não retrata a verdadeira história. Outros diziam que “por se tratar de uma comédia”, não dava mesmo para levar a sério alguns diálogos e situações.

As críticas caem por terra diante dos documentos históricos, em que as roteiristas se basearam

A verdade é que nenhuma destas considerações se sustentam diante dos documentos da época, que relatam os costumes da realeza portuguesa instalada no Brasil. Ao contrário do que diz esta crítica, muitos “podres” foram omitidos por falta de espaço. Se o roteiro pudesse aproveitar todos os dados recolhidos pela equipe de pesquisa, o filme teria muitas outras situações ridículas. Sabe-se, por exemplo, que enquanto a espanhola Carlota viajava para Portugal, uma irmã de D. João ia para Espanha com o mesmo objetivo, ou seja, casar-se com um nobre espanhol. O fato engraçado fica por conta dos habitantes das cidades portuguesas por onde a carruagem de Carlota passava, que diziam aos berros que se tratava de uma troca injusta: “estamos a trocar uma garoupa por uma sardinha”.

Acovardado, D. João deixou Portugal à mercê do invasor. Viajou com venda nos olhos

O filme não deixa de ser uma boa aula de história do Brasil. A dificuldade fica por conta do que é permitido dizer, hoje em dia, nas escolas. As crianças são obri-

gadas a engolir uma imagem totalmente distorcida do que realmente ocorreu. Por exemplo: a vinda da família real portuguesa é vista quase como um pedido dos brasileiros e não como uma fuga desesperada e covarde de um monarca que saiu de seu país com os olhos vendados, pois tinha medo de trovões, deixando o povo à mercê das tropas napoleônicas.

Assim era D. João VI: um idiota covarde, comedor de coxinhas de galinhas, e totalmente inábil para conduzir negócios de Estado. Carlota, uma mulher de sangue espanhol, com conhecimentos adquiridos no seio dos Bourbons e disposição suficiente para manter relações sexuais com a guarda inteira (se assim lhe conviesse), era sua esposa.

Além da família real, chegaram ao Brasil muitas caravelas cheias de nobres com as cabeças entupidas de piolhos. Higiene não era mesmo o forte daquela turma.

Quando fugiram de Portugal, estavam tão preocupados com a segurança das jóias reais que esqueceram de levar roupas. Ao desembarcar, D. João VI usava roupas de tamanho menor que o figurino, o que lhe dava uma aparência mais ridícula do que naturalmente era. Carlota e todas as mulheres da comitiva usavam turbantes, atitude que foi entendida como “a última moda na Europa”. Mal sabiam que aquilo talvez fosse a única maneira de segurar e esconder os parasitas que se multiplicavam em suas cabeças.

No estilo “da vida nada se leva...”, Carlota tratou de adaptar seus costumes sexuais para a colônia (acredita-se que sem muito esforço) e pariu vários filhos. Todos de pais diferentes. Falar de uma princesa como uma ninfomaníaca — com uma dis-

“Carlota Joaquina” ridiculariza as classes dominantes com humor e verdade. Eis a razão de seu sucesso — e também dos ataques desferidos pela crítica conservadora



Carlota e D. João: a caricatura da classe dominante

função hormonal que lhe criava tufo de cabelo nas faces — é destruir a necessidade de inventar heróis nos modelos da realeza. Isso para não falar das trágicas

O turbante de Carlota, visto aqui como “a última moda na Europa”, na verdade disfarçava piolhos

cas e onerosas conseqüências de suas investidas. Trágicas para as mulheres de alguns de seus amantes — e, às vezes, dos próprios amantes (sabe-se que Carlota assassinou um deles quando soube que ele iria se casar) — e onerosas para D. João, pois uma das maneiras de afastar Carlota

de seus “cachos” era dar títulos de nobreza acompanhados de terras. De preferência, bem longe do Rio de Janeiro. Até que não era um mau negócio ser caso da princesa. A parte chata fica por conta da imagem de corno generoso, assumida por seu marido.

Falar a verdade, de vez em quando, não faz mal a ninguém. Principalmente quando é dita da maneira mais agradável que se conhece: como uma história contada para uma criança.

Carlota saiu do Brasil batendo a poeira dos sapatos e levando consigo a lembrança de seus amores. Pensando bem, Carlota deixou muito mais do conseguiu levar. Além dos piolhos, ficaram

uma economia descontrolada e um acordo de monarcas apelidado de independência.

“Terra querida... hei de tirar mais” parece ter se transformado num mote dos que têm dinheiro e poder

Ficou o princípio da dependência e da exploração, muito bem colocado na boca de D. João VI por ocasião da partida: “terra querida... ainda hei de tirar mais”. Ao que parece, os governantes que se seguiram aprenderam a lição e ainda continuam vendendo a idéia para os ambiciosos sucessores.

WILLIAM AGUIAR

REPRODUÇÃO